

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>1</b>
<b>Apresentação</b> .....	<b>13</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>17</b>
<b>1 O estado da arte</b> .....	<b>23</b>
1.1 Os vícios de constitucionalidade .....	23
1.2 Um outro vício a ser discutido.....	27
1.3 Estudos sobre o tema.....	30
<b>2 Os limites da atividade legislativa</b> .....	<b>33</b>
2.1 Considerações iniciais.....	34
2.2 Discricionariedade administrativa: um paradigma para delimitar o vício do agente .....	47
2.2.1 Princípio da finalidade .....	57
2.2.2 Desvio de poder e desvio de finalidade .....	63
2.2.3 A vontade do agente .....	71
2.3 Discricionariedade legislativa.....	79
2.3.1 Noção geral dos limites da atividade legislativa .....	83
2.3.2 Finalidade legislativa e excesso na função legiferante.....	86
2.3.3 A autonomia política do parlamentar para legislar .....	93
2.4 Da colocação do problema por vício do agente parlamentar na atividade legiferante.....	98

<b>3 Vício no processo.....</b>	<b>101</b>
3.1 Questões jurídicas referentes à crise de legitimidade que abre espaço para interesses espúrios no âmbito das Casas Legislativas .....	102
3.2 Definição de vício no móvel do agente.....	110
3.3 Moralidade: um indiferente jurídico para o vício do agente.....	112
3.4 Imunidade parlamentar não é blindagem para crimes.....	120
<b>4 Consequências das normas editadas com vício no móvel do agente .....</b>	<b>125</b>
4.1 O vício no móvel do agente gera inconstitucionalidade?.....	126
4.1.1 A insignificância do móvel no vício de propositura .....	128
4.1.2 A controvérsia se o número de votos viciados é relevante.....	137
4.1.3 A natureza da vantagem .....	140
4.2 A distinção da legislação com vício no móvel do agente.....	140
4.2.1 Vício em legislação infraconstitucional .....	141
4.2.2 Vício em emenda constitucional .....	143
4.3 Consequências para o agente.....	152
<b>Conclusões.....</b>	<b>155</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>159</b>